



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: ENLACE PARA UMA POTENTE DISPUTA POR UMA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA

Jessica Oliveira Monteiro¹

Resumo: O presente trabalho pretende socializar algumas reflexões da dissertação que vem se desenvolvendo no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ. O objetivo da discussão proposta é recuperar o debate sobre a educação popular e o potencial de seus nexos com o Serviço Social, tanto em sua dimensão formativa, quanto interventiva.

Palavras-chaves: Serviço Social; Educação Popular; Dimensão pedagógica.

Abstract: The present work intends to socialize some reflections of the dissertation that has been developing in the Program of Post Graduation in Social Service of UFRJ. The purpose of the proposed discussion is to recover the debate about popular education practices and the potential of their links with Social Service, both in its formative and interventional dimensions.

Keywords: Social Work; Popular Education; Pedagogical dimension.

1- INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos socializar reflexões sobre nossa proposta de dissertação que vem se desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo é recuperar o debate sobre a educação popular, suas mediações no contexto das estratégias de fortalecimento das organizações políticas das classes trabalhadoras no atual quadro sócio-histórico e o potencial dos nexos entre o Serviço Social e a educação popular, tanto em sua dimensão formativa, quanto interventiva.

O interesse por esta proposta de estudos tem suas raízes no processo de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - *campus* Rio das Ostras, como bolsista de extensão em duas ações que se articulam com

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <jessicamonteiro@id.uff.br>

o trabalho de formação política junto ao MST na região da baixada litorânea e norte fluminense. Referimos-nos ao Projeto de extensão *“Assessoria em questões de cidadania a Movimentos Sociais e Populares: parcerias inter-universidades para gestão de processos de formação política e humana para militantes sociais”*, no período de 2010 a 2012, e ao Programa *“Universidade Itinerante: formação político-cultural em direitos humanos, voltada para comunidades rurais da baixada litorânea e região norte do estado”* vinculado ao edital PROEXT/MEC durante o ano de 2013. Esta trajetória instigou a construção da nossa monografia de conclusão de curso intitulada *“Das trincheiras de contra-hegemonia em tempos sombrios: contribuições de uma experiência de extensão universitária com processos de formação política junto ao MST”*, defendida em janeiro de 2014. O trabalho buscou estudar o processo político-formativo realizado pela via dessas experiências de extensão junto ao então acampamento Osvaldo de Oliveira (MST/RJ), situado em Córrego do Ouro, distrito serrano do município de Macaé.

Na proposta que tem sido desenvolvida no curso de mestrado, objetivamos dar continuidade e aprofundar os estudos no horizonte temático dos processos de formação política e educação popular desenvolvidas nos marcos dos processos de mobilização e organização de classe dos trabalhadores. Todavia, relocalamos esse horizonte sob um novo foco de investigação: qual seria a importância dos nexos entre o Serviço Social e a educação popular?

O investimento na gestão de processos político formativos não é nada novo; se inscreve na história da formação da classe trabalhadora como movimento social de classe, como instrumento de qualificação e avanço de suas batalhas. Tampouco é inédita na história a preocupação das forças de esquerda pela presença de diversas linguagens educando os sentidos. No entanto, ora têm sido escassas as discussões mais específicas e aprofundadas, ora tomam direções mistificadas sobre o tema.

As profundas transformações societárias em curso, alicerçadas na desenfreada ofensiva do capital em busca de retomar suas taxas de lucros, trazendo árduas repercussões na vida das classes trabalhadoras, relocalam

grandes desafios – investigativos e estratégicos – aos segmentos críticos que se dispõem a confrontar com a naturalização e mistificação dos processos de consciência e seus mecanismos de reprodução, já que valores, posicionamentos e leituras de mundo extremamente conservadoras e reacionárias têm reconquistado uma ampla legitimidade no conjunto dos trabalhadores. A aversão à defesa dos direitos humanos e às formas e estratégias históricas de luta dos trabalhadores (como partidos e sindicatos) são expressões desse quadro.

Neste sentido, a proposta de pesquisa sobre os processos de formação política e educação popular é uma tentativa de contribuir para a reflexão sobre as estratégias didáticas no diálogo crítico com as massas trabalhadoras, que pela adversidade de suas condições objetivas e subjetivas, apresentam profundas dificuldades no desvelamento das determinações estruturais que incidem sobre o cotidiano, o qual se apresenta como natural e irreversível. Falar de consciência de classe em tempos em que as próprias classes andam questionadas, no contexto das metamorfoses do trabalho, de mudanças nas formas de construção das experiências de classe, é um desafio de grande envergadura, que deve ser enfrentado e qualificado.

Por sua vez, no âmbito profissional, é um debate que marcou profundamente o Movimento de Reconceituação na América Latina e a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, mas, no entanto, o seguir da década de 1990 aprofundou o distanciamento de sua presença nas agendas de discussões e ações profissionais. Nossa hipótese é que a recuperação da relação do Serviço Social com a educação popular como estratégia de ação, pode 1) fomentar a articulação profissional com os movimentos sociais e populares, tendo como referência a leitura das expressões da “questão social” desde as lentes dos conflitos e lutas sociais, como ressaltado por Iamamoto (2010); e 2) nos oferecer questionamentos sobre os processos de construção de hegemonia dos quais participa a profissão, possibilitando reflexões que nos tragam alternativas para o papel histórico que lhe é solicitado, provocando novas perspectivas de trabalho, pautadas na politização e socialização do conhecimento socialmente produzido, redimensionando assim a função

pedagógica da profissão, nos termos de Abreu (2002). Afinal, de que forma os diversos conflitos de classe se relacionam com o nosso objeto de trabalho profissional e como podemos qualificar a disputa das possibilidades da dimensão educativa do exercício profissional?

2. EDUCAÇÃO POPULAR: DE ONDE VEM ESTA DISCUSSÃO?

O campo temático da Educação Popular no Brasil, que se projeta no itinerário do contexto sócio-histórico efervescente da década de 1960, se recoloca profundamente atual e necessário diante das regressões dos nossos tempos.

Neste sentido, é preciso considerar as bases da movimentação política e cultural que marcou o período em questão, que teve como painel a euforia do projeto de superação do subdesenvolvimento, o qual se caracterizou por instaurar um clima de questionamento do padrão de formação socioeconômica dependente e associado aos centros externos, sem a operação de reformas “clássicas” pelas elites dominantes, combinado à extirpação das forças populares dos círculos políticos. Tal dinâmica se realizou como solo fértil para o largo protagonismo de diversos movimentos populares. É neste contexto que se lançam o fervor das experiências histórias de educação popular no Brasil.

É notório que desde meados dos anos 1950 experimentava-se um movimento de renovação na cultura brasileira, expresso nas artes, no cinema nacional, literatura, teatro, música, etc. Porém, todo esse acúmulo cultural “ganhará um novo dimensionamento na transição aos anos 1960: sintonizada à intensificação das lutas sociais e à democratização em curso na sociedade [...]” (NETTO, 2016, p. 115). A transformação social da realidade histórica brasileira estava na ordem do dia e uma forte e crescente mobilização popular tomou

cenário político do país. A década de 1960 envolve o acirramento das lutas de classes, expressando insurgências de movimentos sociais e populares que travavam uma disputa concreta de um projeto de sociedade, que carregava uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político contraposto ao imperialismo. Um debate que não vinha meramente da batalha das ideias, mas sim da concretude da realidade, do plano político da história então vigente, expressando na cena política dos interesses das classes trabalhadoras.

A agitação cultural e política internacional dos anos 1960 ligava-se a uma série de condições materiais comuns a diversas sociedades, além das especificidades locais – no caso brasileiro, em especial, as lutas pelas reformas de base no pré-1964 e contra a ditadura após essa data, que levaram alguns ao extremo da luta armada. (RIDENTI, 2003, p. 153)

Conforme Netto (2016), a mobilização democrática vivida especialmente a partir de 1961 ultrapassava largamente a configuração partidária institucional. Situadas na bandeira de ruptura com o subdesenvolvimento, assiste-se a ampliação do movimento operário e sindical, o desenvolvimento das Ligas Camponesas e o crescimento de movimentos rurais, o grande vulto de greves, a participação organizada do Movimento Estudantil, as mobilizações no campo da educação, com destaque para a luta contra o analfabetismo, etc.

A emersão dos movimentos de educação popular tem origens no contexto pós-guerra, marcado pelo crescimento industrial e expansão da urbanização, inscritos numa teia nada homogênea de perspectivas, leituras da realidade e ações. Neste painel, um dos elementos a se considerar é que nem todas estas iniciativas caminharam numa perspectiva de adesão ao projeto de modernização capitalista que propunha o avanço do crescimento industrial e expansão da urbanização. Há uma parcela significativa das esquerdas dos anos 1960 que contestava estes rumos, colocando uma contraposição ao projeto de modernidade capitalista que significava “mais capitalismo”. Para este assunto Ridenti (2000) oferece uma síntese rigorosa sobre a forma de crítica da modernidade na forma de diversas versões do “romantismo revolucionário” da época; pondera que

O romantismo das esquerdas não era uma simples volta ao passado, mas também modernizador. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Não era, pois, um romantismo no sentido da perspectiva anticapitalista prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas revolucionário. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades [...] (RIDENTI, 2000, p. 25)

É no seguimento da década de 1960 que os movimentos de educação popular ganham vasta repercussão no cenário sócio histórico marcado por uma grande desigualdade social, pelo analfabetismo de parcela significativa da população, pela exclusão do processo político e educacional desta mesma parcela situados no contexto das lutas pelas Reformas de Base.

Todo esse caldo de efervescência foi entornado pela imposição da autocracia burguesa nos anos sessenta, que dilacerou o protagonismo da construção de projetos nacional-populares e democráticos que tiveram destacada expressão na cena política. Patrocinada pelos centros imperialistas, centralmente pela política externa norte-americana, na busca de reverter a erosão de sua hegemonia², instaurou-se o processo que Netto (2009) assinala como “contra-revolução preventiva”.

A partir de Netto (2009) e (2016), é possível constatar que o regime instaurado em 1964 significou à época, a derrocada de possibilidades de um substancial processo de democratização e de enfrentamento à dependência brasileira aos mandos e desmandos imperialistas.

Nas condições brasileiras de então, a supressão da democracia política haveria de responder, por uma parte, à necessidade de reverter o processo de democratização que estava em curso antes de 1964 (e de neutralizar os seus principais protagonistas) e, por outra, às exigências de adequar (e/ou criar) as instâncias estatais e os dispositivos institucionais requeridos pelas novas circunstâncias que

² Destaca-se a resposta dos EUA à repercussão da Revolução Cubana (1959), operadas tanto em nível legal (através de “programas de ajuda” como a *Aliança para o Progresso*, quanto em nível clandestino (através das ações encobertas da CIA). (Netto, 2016)

emolduravam aquele padrão de desenvolvimento. (NETTO, 2009, p. 33)

No entanto, como aponta Schwarz (2009), a influência cultural da esquerda não sofreu a machadada fatal no imediato da imposição do golpe de 1964, permanecendo entre 1964 e 1969 uma “relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, nas palavras do autor.

Se em 1964 fora possível à direita “preservar” a produção cultural, pois bastaria liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 1968, quando os estudantes e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento. (SCHWARZ, 2009, p. 10)

As movimentações populares do período expressaram o espírito dos debates e das propostas em jogo naquele momento. As investidas em ações de alfabetização de adultos tendo como transversal o processo de “conscientização”, as quais fundamentalmente conduzidas pelo “método Paulo Freire” mostrou-se um dos principais instrumentos de mobilização política das classes populares. Logo fez acender o pavor dos setores conservadores devido a seus desdobramentos políticos e eleitorais bases para a intervenção e repressão que sofreram com o golpe civil-militar de 1964.

Segundo Fávero & Motta (2015), os movimentos de cultura e educação popular, dos anos de 1960, operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de adolescentes e adultos ou de educação rural das décadas de 1940/1950. Isso porque demarcam um explícito compromisso em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para a ação política. Nessa movimentação há uma outra concepção do analfabeto e outro entendimento do analfabetismo, assim como partiam da cultura popular como matriz para a educação popular, o que gerou novas expressões na produção do cinema, do teatro e na poesia e possibilitou a “invenção” de novos materiais didáticos e a formação de nova geração de ‘educadores populares’”

7

Dentre eles podemos destacar: o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, os Centros Populares de Cultura (CPC) vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), etc.

Procuramos compartilhar da compreensão de que as experiências em educação popular e os processos de formação política junto aos trabalhadores possuem o papel de interferir no *movimento contínuo de formação da consciência*, como indica Iasi (2011). Ou seja, incide nas formas de leitura do mundo que, sob o domínio da sociedade burguesa, fundada na exploração do trabalho e na propriedade privada, se apresentam de maneiras mistificadas a fim de garantir a sua reprodução. Ou seja, situamos este debate sobre a educação popular no sentido do desenvolvimento da consciência político-organizativa, a capacidade de intervenção na realidade social e a disputa de pretensões hegemônicas, orientada para a ação política que vise à emancipação humana. Partimos do pressuposto de que os processos de formação política e educação popular são *um dos elementos* fundamentais nos processos de consciência e organização das classes trabalhadoras numa perspectiva de emancipação humana, e não a única responsável pelo avanço das lutas sociais dos trabalhadores.

O investimento na gestação de processos político formativo se inscreve na história da formação da classe trabalhadora como movimento social de classe, como instrumento que pretende construir a apropriação de uma leitura crítica da realidade, suas causas e determinações, objetivando alimentar o avanço e a qualificação das suas lutas. Podemos afirmar a partir de Silveira (2004) que é uma das tarefas essenciais para as organizações dos trabalhadores que se colocam no horizonte da construção de outra forma de sociedade, como instrumento que visa promover a apropriação de conhecimentos que possibilitem uma leitura crítica da realidade, suas causas e determinações, tendo assim, como “alvo”, as formas de consciência social.

Neste horizonte, apontamos a necessidade de recuperar o debate sobre os processos de educação popular, em que a década de 1960 traz um legado

riquíssimo, como estratégia de ação. O Brasil do contexto histórico que anteriormente demarcamos, dos anos 1960 é profundamente diverso do que se apresenta hoje, ainda que prevaleçam traços de continuidades estruturais. Nesse sentido, não se trata de reivindicar uma iludida volta ao passado, de uma retomada mecânica das experiências de educação popular dos anos 1960, mas sim uma tentativa de contribuir para pautar a sua reatualização em sintonia com as condições objetivas da vida dos sujeitos, assim, como os determinantes das condições subjetivas que os conformam. “Não cabe reviver o passado, mas isso não implica a inviabilidade de retomar suas esperanças, apostar em novos projetos coletivos de transformação social – inclusive nas esferas intelectuais e artísticas – em vez da carreira individual de cada um no mercado.” (RIDENTI, 2003, p. 163).

Sua atualidade nos marcos da atual fase da sociabilidade burguesa, caracterizada pelo profundo domínio da forma mercadoria em todas as esferas, pelo alto grau tecnológico a serviço da desumanização e despolitização da vida, e que, portanto, conformam difíceis condições para leitura crítica da realidade e para a formulação de alternativas concretas à barbárie. Nem mesmo assim, em circunstâncias nada favoráveis, podem-se desconsiderar as iniciativas no campo das lutas e resistências, as quais parecem carregar aprendizados importantíssimos para pensarmos a educação popular para as lutas emancipatórias no atual quadro social regressivo. Dentre tantos outros exemplos, temos: 1) a vasta e rica experiência de educação política do MST, que inclusive ergueu a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que se tornou referência mundial na formação de militantes e dirigentes não só do MST, mas da sociedade brasileira e latino-americana; e 2) as experiências do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio, construído no início dos anos oitenta, e vem desenvolvendo o trabalho de formação política de trabalhadores e trabalhadoras, com viés anticapitalista em vários pontos do Brasil, por meio de centenas de educadores por ela formados.

São experiências educativas que acionam mediações pedagógicas entre o arsenal teórico e a realidade concreta dos sujeitos coletivos relacionadas com a

utilização e construção de diversas linguagens e instrumentos didáticos, como o trabalho com memória, fotografia, vídeo, filme, música, literatura, etc. O que isso pode nos suscitar no debate atual sobre a educação popular? Porque o diálogo com estas experiências são relevantes para a formação e o exercício profissional do Serviço Social?

2- SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: UM ENLACE POTENTE

A preocupação com os laços entre o Serviço Social e a educação popular também não é nova. Tal relação se constrói nos marcos do processo de reconceituação da profissão na América Latina, que também repercute fortemente na renovação profissional no Brasil, movimentos que trouxeram à tona a erosão do Serviço Social tradicional. Há neste trajeto uma busca contundente de conexão entre dimensão educativa e política da profissão. Neste sentido, procuraremos no trabalho da dissertação localizar elementos, traços, influências e perspectivas que a educação popular trouxe para a profissão em sua movimentação de renovação das décadas de 1960/1970, período que oferece bases que possibilitam a vinculação da profissão com os interesses sociais de classes dos trabalhadores no país e em toda a América Latina. O objetivo é lançar luz para este legado para então pensar as possibilidades deste “enlace” para a profissão na atualidade.

O quadro conjuntural que caracteriza a década de 1960 lança elementos capazes de provocar o questionamento das bases e práticas do chamado “Serviço Social tradicional”. Os impactos das lutas contra o subdesenvolvimento,

de rompimento com as amarras imperialistas e lutas pela libertação nacional no circuito latino americano neste período, marcaram o Serviço Social, que se questiona sobre o papel da profissão face às expressões da “questão social”, como indica Netto (2009). Nesta condição contextual é que o Movimento de Reconceituação coloca em evidência a questão da relação entre a prática profissional e a política, descartando qualquer pretensão de uma suposta neutralidade da intervenção do Serviço Social, conforme indica Palma (1986).

O desenrolar do Movimento de Reconceituação oferece ao Serviço Social uma aproximação com as ideias de Paulo Freire. Faleiros (2005, p. 25) afirma que devemos considerar “a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire”. No Brasil, Netto (2009) indica a incorporação das ideias freireanas pela perspectiva de “intenção de ruptura”, inclusive nas formulações do chamado “método BH”, em que terminologias como “conscientização”, “oprimidos” se colocam claramente.

No Brasil, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 constitui um marco histórico. A chamada “virada” só pôde ser efetivada nos marcos das lutas de classes do país na época. A ruptura com o conservadorismo não é um movimento restrito ao interior da categoria profissional, nem tampouco foi uma explosão às vésperas de seu acontecimento, pois antes de 1964 inclusive já se gestava um outro projeto de profissão, fruto de um acúmulo político e cultural, ainda que levadas a cabo por setores minoritários.

É característico desta “virada”, a preocupação com a construção de uma perspectiva crítica em todas as dimensões da profissão, incluindo a dimensão educativa ou pedagógica. O acervo que dispõe o Serviço Social sobre sua dimensão político-pedagógica é bastante significativo, e é neste campo que se localiza a problemática sobre as atividades de formação política, de educação popular, de mobilização e organização coletiva. Com um leque de nomenclaturas, e muitas vezes com distintas perspectivas e fontes teóricas, vários(as) autores(as) do (ou próximos ao) Serviço Social brasileiro e latino americano assinalam mais detidamente sobre esta dimensão pelas lentes da vertente de ruptura . Destacamos: a recuperação dos elementos teórico-

metodológicos fundantes do projeto profissional de ruptura coordenada por Silva e Silva (2011) em “O Serviço Social e o Popular”; o destaque sobre o potencial do trabalho como educador social trazido por Palma (1986); a função pedagógica do assistente social como dimensão constitutiva da organização da cultura pelas classes sociais discutida por Abreu (2002); as ricos textos sobre o trabalho com mobilização social e práticas educativas e sobre trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora feitos Abreu & Cardoso (2009) e por Cardoso & Lopes (2009) respectivamente; e outros.

De modo geral, podemos afirmar que a dimensão educativa é intrínseca ao exercício profissional, mas que, no entanto, historicamente se vinculou a uma perspectiva subalternizante, distante e na contramão de uma perspectiva emancipadora. É legado do Movimento de Reconceituação a sua guinada para o campo crítico, que procura se construir a partir e para o fortalecimento de projetos populares.

Porém, as tarefas que o Movimento de Reconceituação busca enfrentar nesse sentido não se findam, nem tão pouco se resolvem no passado. É uma necessidade incessante, na qual as vinculações com o debate e as experiências de educação popular podem contribuir e muito. É na arena contraditória que se move a profissão. As tarefas de construção de uma alternativa societária ao que está posto, entre as quais a educação popular possui um papel importante, é um processo amplo e complexo, que obviamente foge aos domínios do campo profissional do Serviço Social. Não temos dúvidas. Mas a problemática que propomos trabalhar convocam as possibilidades críticas em aberto que temos a explorar, nas quais o investimento no potencial político educativo é relevante para o avanço para além das requisições burocráticas e institucionais.

As atividades de educação popular podem ser estratégias que potenciam a colocação das demandas dos trabalhadores para além das prioridades que a instituição ou setor de trabalho estão dispostos a oferecer, fazendo um contraponto ao efeito político desmobilizador das políticas sociais. A excessiva preocupação com os resultados eficazes se coloca como traço marcante de profissões interventivas como o Serviço Social. No entanto, é necessário atentar

que apesar de responder as demandas do capital, a profissão pode qualificar as brechas da contradição que também responde às necessidades do trabalho, como salienta Iamamoto (2010).

Trata-se de incorporar-se profissionalmente ao que efetivamente os grupos populares estão conquistando ou procuram conquistar. Trata-se de recorrer a metodologias que partam do nível de inquietude, de interesse e de motivação da organização de base (e não o que se decidiu na programação anual da instituição), que incorporem não apenas os recursos da comunidade (a força de trabalho que não se paga), mas as suas iniciativas e responsabilidades na decisão local e no controle dos programas, para que estes dinamizem e continuem desenvolvendo a organização popular. (PALMA, 1986, 128)

Neste caminho há que escapar da superestimação da força crítica, sem levar em contas as resistências e empecilhos institucionais para emplacar estas propostas alternativas. A curva que busca o rompimento com a exclusividade das ações burocrático-administrativas não é tranquila. No entanto, é justamente reconhecendo este elemento, que se pode construir alguma possibilidade de materialização dos compromissos pautados pelo Projeto Ético Político Profissional, fruto do processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Assim, partimos do pressuposto que a recuperação deste debate possui imensa relevância e atualidade para a profissão, no sentido de: 1) estimular a formação de profissionais comprometidos com as pautas colocadas pelas movimentações das classes trabalhadoras; 2) potencializar o redimensionamento da prática docente que considere o perfil do alunado que têm engrossado as fileiras das universidades após os programas de expansão do ensino superior no Brasil, relacionado aos vários níveis de percepção do mundo; 3) potencializar a busca de alternativas no campo do exercício profissional capazes de operar propostas crítico-criativas junto à população usuária, assim como o enfrentamento às imposições burocráticas à profissão.

Em face desta discussão destacamos algumas possibilidades de materialização dos compromissos pautados pelo Projeto Ético Político Profissional, na conexão da profissão com experiências em educação popular.

É importante considerar que o próprio arcabouço jurídico normativo da profissão (o Código de Ética do/a Assistentes Sociais, a Lei de Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares) respalda, fundamenta e fortalece o horizonte das iniciativas aqui problematizadas.

1) No âmbito da formação profissional:

- O diálogo com o perfil do alunado com o qual se estabelecerá a relação de ensino-aprendizagem, com vistas a aproximar formas adequadas de socialização do conhecimento. Muitas vezes tal perfil é marcado por uma escolarização sucateada e que procura anular o pensamento crítico; por itinerários de intensa exploração (assalariadas ou não) da força de trabalho; por condições de moradia e habitação precárias; de proveniência de diversos territórios (como os indígenas e quilombolas, por exemplo); por preconceitos e discriminações étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, etc. Enfim de diversos níveis de percepção da vida, que devem ser respeitadas e trabalhadas. É “a cara” do alunado que vem engrossando as fileiras das universidades públicas após a política de expansão da educação superior. Ignorar ou considerar apenas no plano formal esta realidade significa formar profissionais e sujeitos distantes ou deformadores da densidade crítica de todas as dimensões do exercício profissional e da própria realidade social.
- Além do desenvolvimento do próprio debate sobre a educação popular como conteúdo disciplinar, destacamos a utilização e elaboração de diversas linguagens e instrumentos didáticos (como fotografia, vídeo, filme, música, literatura, etc.), que retrate a leitura das diversas expressões da “questão social” desde suas raízes e os mecanismos de intervenção acionados pelo Estado. Assim como metodologias alternativas de monitoramento e avaliação. Significa fomentar uma perspectiva dialógica (Freire, 2016), que é um dos pilares essenciais da educação popular;

- A construção de propostas para além da sala de aula, como projetos de extensão, grupo de estudos, junto a movimentos e organizações populares, os quais se constituem como verdadeiros espaços de formação política e profissional. A ocupação do espaço da universidade pelos movimentos sociais e organizações populares é tanto compromisso com a socialização do conhecimento para fora, quanto investimento riquíssimo de redimensionamento crítico de perfis profissionais comprometidos com as pautas das classes produtoras da riqueza social, mas que se encontram expropriadas dela;

2) No âmbito do exercício profissional:

- A criação de propostas de assessoria às diversas organizações políticas dos públicos o qual direcionamos nosso exercício profissional, como organizações e frentes populares; movimento estudantil; sindicatos e associações, etc., que instrumentalize tais segmentos em temáticas de seu interesse e fortaleça iniciativas autônomas de organização;
- Atividades grupais como rodas de conversas, oficinas, cursos, etc., que visem debater temas de interesses da população usuária, assim como a construção de programas/projetos de extensão que buscam trabalhar atividades político-formativo orientadas para a mobilização, constituição de sujeitos coletivos, fortalecendo criticamente a participação e o controle social popular das políticas públicas e também as iniciativas auto-organizativas dos usuários em torno de suas necessidades;
- A elaboração de materiais didáticos, de diversas linguagens, como folders, cartilhas, vídeos, painéis, cartazes, programas de rádio, etc., que busquem socializar o conhecimento socialmente produzido e dar visibilidade às informações institucionais pertinentes para instrumentalizar a participação, o controle social popular das políticas públicas e a intervenção política na realidade social como um todo.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem nenhuma pretensão de esgotar o debate que propomos para esta dissertação, ao percorrermos o trajeto até aqui, buscamos apresentar o fio condutor que objetivamos engatar em todo este circuito: o intuito de captar das experiências em educação popular, o enlace entre o compromisso político e a prática profissional do Serviço Social.

A proposta de trabalho vem agregar esforços no sentido de pautar o processo de renovação do Serviço Social como um contínuo movimento, como um enfrentamento que precisa ser incessante, contra uma profissão vinculada visceralmente aos interesses das classes dominantes. O caráter interventivo da profissão traz consigo uma dimensão educativa fundamental (tendo os profissionais consciência disto ou não. Uma constatação preliminar é a de que a interface com os processos de educação popular pode ser um solo fértil para alavancar o compromisso crítico com os interesses das classes subalternas.

Aos 80 anos de Serviço Social no Brasil completado recentemente, no ano de 2016, se (re)colocam inúmeros desafios, dentro eles destacamos: a fragmentação das demandas colocadas ao exercício; o pragmatismo e a burocratização na condução da atuação profissional; o utilitarismo e reducionismo teórico-prático; etc, Todos esses “nós” se deitam sob uma conjuntura extremamente retrógrada, na qual se apresenta o arremate de um período histórico entre a redemocratização que pôs fim o regime ditatorial de 1964 e o ponto de chegada do golpe parlamentar que interrompeu o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Por conseguinte, nos parece que a recuperação do debate entre o Serviço Social e a educação popular não deve apenas endossar os espaços dos debates e produções acadêmicas. Ainda que extremamente necessário, nossa preocupação é também recuperar esta relação histórica com o objetivo

impulsionar criticidade e criatividade no potencial da prática formativa e operativa da profissão, de alavancar a educação popular como estratégia de ação.

4- REFERÊNCIAS

5-

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil**: uma questão em movimento? In: Serviço Social & Sociedade nº 84. São Paulo, Cortez, 2005.

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. **Educação popular e educação de jovens e adultos**: memória e história. In: Coletânea de DVDs-Rom “Educação popular e educação de jovens e adultos”. 1ª edição. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro, RJ, FAPERJ, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2016.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do Serviço Social. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1986.

SCHWARZ, Rorberto. **Cultura e Política**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da S. e. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Maria Lídia. **Educação Popular:** novas traduções para um outro tempo histórico. In: ____.; FARAGE, Eblin (Orgs.). Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura – Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.